

AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Um guia para escolas e
municípios

Iphae
Sedac/RS



Organização



AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Um guia para escolas e
municípios



Porto Alegre, 2023

Organização

Equipe Técnica Iphae

Coordenação e Editoração

C. Renato Savoldi

Pesquisa e Textos

Gustavo Mor Malossi

Apoio Técnico

Frinéia Zamin

Yves Marcel Seraphim

Contato

iphae@sedac.rs.gov.br

ISBN: 978-65-8986-23-6

Revisão

Sylvia Blanco Bojunga

Yves Marcel Seraphim

Projeto gráfico e diagramação

Gustavo Mor Malossi

Foto da Capa

Arquivo Iphae

Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul

Ana Maria de Souza

CIP - Catalogação na Publicação

A185

Ações de educação patrimonial : um guia para escolas e municípios / Organizado por: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Estado (IPHAE) ; Coordenado por Carlos Renato Savoldi -
Porto Alegre : Instituto Estadual do Livros, 2023.
56 p. : il., color.

E-book.

ISBN: 978-65-89863-23-6.

1. Educação Patrimonial. I. Instituto do Patrimônio Histórico do Estado (IPHAE) (org.) II. Savoldi, Carlos Renato (coord.)

CDU 37:719(816.5)



Eduardo Leite

Governador do Estado do Rio Grande do Sul

Beatriz Helena Miranda Araujo

Secretária de Estado da Cultura

Eduardo Hahn

Diretor do Departamento de Memória e Patrimônio

Carlos Renato Savoldi

Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

Benhur Bortolotto

Departamento de Livro, Leitura e Literatura

Patrícia Langlois

Instituto Estadual do Livro



Instituto
Estadual
do Livro



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO



GOVERNO DO ESTADO

RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA CULTURA

Sumário

01

MENSAGENS
INICIAIS

03

INTRODUÇÃO

06

OBJETIVOS

07

A PRESERVAÇÃO
DO PATRIMÔNIO
CULTURAL

14

AÇÕES NA
ESCOLA

32

AÇÕES NO
MUNICÍPIO

39

OUTROS
RECURSOS

42

LISTA DE BENS
TOMBADOS
(IPHAN)

44

LISTA DE BENS
TOMBADOS
(IPHAÉ)

MENSAGENS INICIAIS

MENSAGEM DO GOVERNADOR

A educação patrimonial é um instrumento valioso de participação efetiva da sociedade nos processos de preservação do Patrimônio Cultural. A criação de espaços para a reflexão sobre o tema oportuniza a ressignificação dos vínculos com a cultura local, promove canais de interlocução entre a sociedade e o poder público e sensibiliza sobre a responsabilidade de cada um para a preservação dos bens culturais e do meio ambiente.

A iniciativa de elaborar um Guia de Educação Patrimonial está em conformidade com os objetivos de fomento à educação integral. Além disso, a metodologia objetiva transformar outros espaços e equipamentos culturais em lugares de aprendizado, aproximando todos os públicos em ações educativas que incluem desde a primeira infância até oportunidades de capacitação para adultos.

O campo do patrimônio é, por excelência, de atuação transversal e integrado. Os temas transversais possibilitam abordagens multidisciplinares que buscam soluções concretas e inovadoras para desafios contemporâneos. A educação patrimonial oportuniza a formulação de projetos de ensino que abordam questões como a pluralidade cultural, o desenvolvimento urbano e o cuidado com o meio ambiente.

São ações que reforçam a missão de melhorar a qualidade da educação e os resultados do aprendizado no Rio Grande do Sul. Educação é um investimento para o futuro, um compromisso ético e um fator indispensável para o desenvolvimento econômico e social.

Eduardo Leite
Governador do Estado do Rio Grande do Sul

MENSAGEM DA SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA DO RIO GRANDE DO SUL

Ponto de intersecção entre educação e cultura, a educação patrimonial é um campo muito profícuo para a formação da cidadania. Na educação, integra o currículo escolar como metodologia capaz de desenvolver as habilidades e competências necessárias para conhecer e analisar o patrimônio artístico nacional. Essa formação busca transmitir o respeito e a valorização da diversidade cultural e das diferentes visões de mundo que compõem nossa nação.

É também uma oportunidade de reconhecer os patrimônios históricos e culturais dos municípios e levar ao currículo escolar debates sobre história, política e sociedade que são pertinentes à realidade de cada região. Esse processo contempla o cotidiano do estudante como parte integral do conteúdo programático, aproximando escola e comunidade.

No campo da cultura, a educação patrimonial oportuniza aos municípios a mobilização do potencial criativo subjacente ao patrimônio material e imaterial. A valorização das manifestações culturais produz um impacto duradouro sobre a identidade, o sentido de pertencimento e o vínculo afetivo com a cultura local. Uma cultura forte produz efeitos multiplicadores sobre a geração de renda e induz ao crescimento nos setores de turismo, artesanato, gastronomia, lazer e desenvolvimento urbano, dentre outros.

O trabalho da educação patrimonial busca levar a crianças, jovens e adultos a apropriação e a valorização dos bens culturais locais, oportunizando um melhor usufruto das manifestações culturais que caracterizam cada região. A conscientização das comunidades sobre seu patrimônio cultural colabora com os esforços de preservação e amplia os efeitos das ações de salvaguarda. As políticas públicas de educação patrimonial são um investimento no potencial criativo e transformador que a cultura de cada município guarda em sua história.

Beatriz Araujo
Secretária de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul



Campanário da Capela de São Pantaleão - Garibaldi - RS

INTRODUÇÃO

Esta publicação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – Iphae – destina-se a oferecer subsídios aos educadores, pesquisadores e funcionários que trabalham com os temas de memória, patrimônio cultural e preservação. No intuito de tornar esse guia acessível aos profissionais com diferentes formações, procuramos compilar informações básicas, orientações e sugestões de atividades a serem desenvolvidas por aqueles que desejam promover projetos em seus locais de trabalho e motivar o trato das temáticas de memória e patrimônio por escolas e instituições municipais de cultura.

Inicialmente, o guia apresenta os órgãos públicos gestores das políticas de preservação do patrimônio cultural, assim como um glossário de expressões e conceitos utilizados no campo do patrimônio. Na sequência, o guia se estrutura em duas partes. A primeira parte aborda sugestões e experiências de educação patrimonial que podem ser desenvolvidas em escolas de ensino fundamental e médio, em parceria com instituições de memória e equipamentos culturais, museus, bibliotecas, arquivos, centros comunitários e centros de tradições. Na segunda, são exploradas ações de educação patrimonial que podem ser desenvolvidas em conjunto com outras atividades de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural, a saber, projetos de restauro de bens culturais móveis e imóveis e execução e atualização do Inventário Cultural.

A educação patrimonial consiste em uma prática educativa centrada no patrimônio cultural enquanto objeto de conhecimento e recurso mediador do processo de ensino. Pode ser exercida tanto em contextos formais – aplicável, portanto, em instituições de ensino, museus e arquivos – quanto em contextos informais, integrando diferentes vínculos sociais no processo educativo. A educação patrimonial prima pela participação da comunidade na construção coletiva do conhecimento e pelo reconhecimento da diversidade de perspectivas de patrimônio cultural.

Essa diversidade cultural está presente nos museus, galerias e outras instituições, em espaços formais de acervo e exibição das expressões eruditas e populares. No entanto, e, sobretudo, a diversidade cultural se constrói nas referências culturais que moldam nosso cotidiano, isto é, no preparo de uma receita, na forma de organizar o espaço, na arquitetura urbana, nas cosmologias, nos rituais, nas formas de se vestir e manifestar.

As diversas metodologias para a educação patrimonial buscam estimular os vínculos de pertencimento dos cidadãos e cidadãs e promover a apropriação e a valorização dos bens culturais. A apropriação e o pertencimento são fatores indispensáveis para a preservação e a continuidade das manifestações culturais. Quando integrada às ações de acautelamento e preservação – o registro, o tombamento e o inventário de bens culturais – a educação patrimonial é indispensável para a participação da comunidade no processo dialógico de construção do conhecimento acerca do patrimônio cultural.

O trabalho em sala de aula é uma oportunidade de aproximar os esforços de valorização de conscientização com os princípios da educação integral e o desenvolvimento de habilidades e competências previstas na Base Nacional Comum Curricular. O processo educativo junto ao patrimônio cultural é propício para aprimorar as capacidades de explicar a realidade, exercitar a curiosidade intelectual, valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais, bem como as diversas manifestações artísticas e culturais.

Essa publicação contém uma variedade de atividades que podem ser aplicadas conforme a realidade de cada município, seja no espaço rural ou urbano. Propomos ações educativas que partam da experiência imediata e a vida cotidiana da comunidade escolar.

A proposta é pensada para diversos níveis de acesso a equipamentos culturais ou patrimônios culturais tombados, ou registrados. As atividades podem ser realizadas no contexto de sala de aula ou integradas aos espaços públicos disponíveis em cada localidade, como praças, parques, bibliotecas públicas, arquivos, museus e centros comunitários. As atividades serão mais efetivas se adotadas de forma integrada com outras medidas de preservação e salvaguarda que são responsabilidade do poder público. Cabe ao município coordenar e planejar ações conjuntas que envolvam educadores, pesquisadores, lideranças comunitárias e sociedade civil em projetos de educação patrimonial que estimulem e fortaleçam a valorização da cultura local.

Museu Estadual do Carvão - Arroio dos Ratos - RS





OBJETIVOS

- 01** Estimular os vínculos de pertencimento e cidadania em relação ao patrimônio cultural;
- 02** Promover vivências e trocas de saberes sobre o patrimônio material e imaterial do Estado;
- 03** Reconhecer e representar as diferentes identidades atreladas aos bens culturais do Estado;
- 04** Construir um repertório de saberes críticos sobre a preservação do patrimônio cultural;
- 05** Valorizar a história local e as memórias das comunidades.



Casa de Cultura Mario Quintana - Porto Alegre - RS

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A Constituição da República Federal de 1988 define **Patrimônio Cultural** como “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Destaca-se, nessa definição, a importância do patrimônio cultural para a conformação da identidade dos grupos e do vínculo de pertencimento dos indivíduos para com sua comunidade.

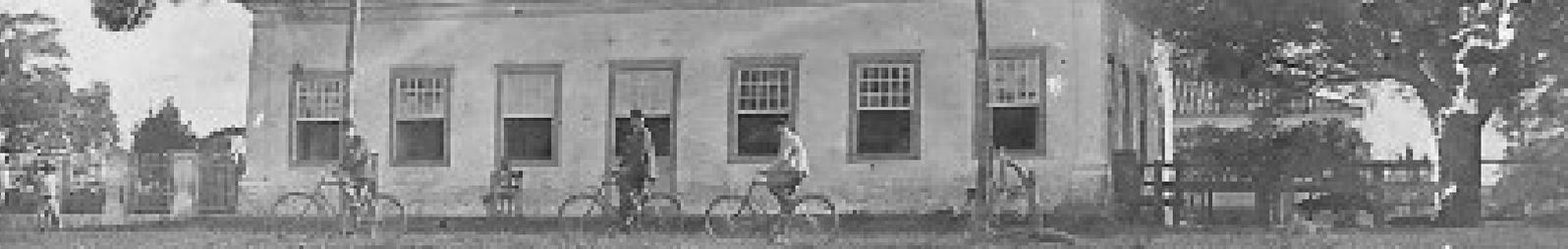
Segundo o Artigo 216 da Constituição, cabe ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de formas de acautelamento e preservação: inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação. Dentre essas medidas, o **Tombamento** é a mais consolidada, dado que é a mais antiga – foi instituída pela primeira vez pelo Decreto-lei número 25, de 30 de novembro de 1937. Sua adoção é adequada para a proteção e a conservação dos bens materiais, isto é, edificações, objetos, monumentos, paisagens e conjuntos históricos e urbanos.

O **Tombamento** não se aplica aos bens de caráter imaterial, tais como saberes, formas de expressão e celebrações. Nesses casos, as ações aplicadas para assegurar a continuidade dos bens culturais são o **Registro de Bens Culturais**, o **Inventário de Referências Culturais** e outras medidas de valorização e salvaguarda, nomeadamente a promoção cultural e o apoio às comunidades detentoras.

As ações de preservação são regulamentadas por legislação específica e geridas por instituições públicas: o Iphan, em nível nacional, e o Iphae, em nível estadual. Em nível internacional, medidas de identificação e de proteção do patrimônio cultural são regulamentadas pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, a qual foi concebida no âmbito da **Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco)**. Esse documento exerce grande influência sobre a defesa do patrimônio cultural e do patrimônio natural em todo o mundo. No caso do Brasil, essa norma foi reconhecida e promulgada pelo Decreto nº 80.978, de 1977.

Em nível nacional, o **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)** é a autarquia federal que responde pela preservação do patrimônio cultural brasileiro. O Iphan possui 27 superintendências, uma em cada Unidade Federativa, portanto, atua no nosso Estado por intermédio da Superintendência do Iphan no Rio Grande do Sul. Dentre os bens culturais de natureza material, o Iphan desenvolve ações de proteção na região das Missões Jesuíticas, na malha ferroviária distribuída em todo o estado, além de fiscalizar conjuntos urbanos na Vila de Santo Amaro do Sul, em Jaguarão, Antônio Prado, Novo Hamburgo, Porto Alegre e Santa Tereza. Dentre os bens culturais de natureza imaterial presentes no Rio Grande do Sul, o Iphan inscreveu as “Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas” no Livro de Registro dos Saberes e a “Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani” no Livro de Registro de Lugares.

No ano de 2023, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (Iphae) oficializou o primeiro Registro de Patrimônio Cultural Imaterial a nível estadual no Rio Grande do Sul: o **Sistema Cultural e Socioambiental da Erva-Mate Tradicional**. Esse processo de patrimonialização reconhece e valoriza as diferentes comunidades de detentores e produtores que conservam e dinamizam o conjunto de práticas tradicionais em torno da erva-mate, a saber: grupos Guarani Mbya, comunidades quilombolas e grupos de agricultores familiares.



Fazenda Tafona - Cachoeira do Sul - RS

Conheça o Iphae:

Em âmbito estadual, o **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - Iphae-RS** - é o órgão da Secretaria de Estado da Cultura executor das políticas públicas de preservação e gestão do patrimônio cultural.

Fazem parte de suas competências a pesquisa, a proteção e a promoção dos bens culturais de natureza material e imaterial do Rio Grande do Sul. Em convênio com prefeituras, universidades e outras instituições afins, implementa a realização de inventários culturais que são importantes referências para estudos e instruções de processos de tombamento.

Na gestão do patrimônio tombado, orienta intervenções de manutenção nas edificações; acompanha e fiscaliza obras de restauração; e estabelece diretrizes de intervenção nas áreas de entorno.

Com o objetivo de incentivar o envolvimento dos municípios, o **Iphae** assessora a elaboração de legislações municipais, a criação de conselhos locais e o desenvolvimento de projetos de educação patrimonial.

*ZAMIN, Frinéia. **Patrimônio cultural do Rio Grande do Sul: a atribuição de valores a uma memória coletiva edificada para o Estado.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.*

Igreja Matriz - Piratini - RS



Embora existam institutos oficiais cuja atribuição é identificar e proteger o patrimônio cultural, cabe salientar a **importância dos cidadãos** nos processos de reconhecimento, legitimação e salvaguarda dos bens culturais. São os grupos sociais que conferem sentido e importância aos elementos culturais. Patrimônio, afinal, é fruto do trabalho coletivo de produção de sentidos e memórias, por meio de práticas, celebrações, lugares, comidas, saberes, artes populares, ofícios, dentre outras manifestações que conformam os hábitos de uma comunidade, sejam eles cotidianos ou sazonais.

Assegurar a continuidade do patrimônio cultural é um ato de reafirmação de um vínculo histórico com seu local. É, também, uma forma de valorizar e reconhecer a diversidade de matrizes culturais e étnicas que compõem a formação histórica do nosso Estado.

Glossário

Bem Cultural

Segundo a definição no verbete publicado pelo Iphan, o conceito de bem cultural emerge no âmbito do direito internacional diante da necessidade de proteger monumentos, obras de arte e edifícios dedicados à religião, à arte e à ciência, da destruição e dos saques perpetrados durante os conflitos armados. Entretanto, a partir dos anos 1970, em decorrência de debates empreendidos tanto em âmbito nacional, ao abrigo do Iphan, como em nível global, em conferências internacionais e em conformidade com a Unesco, o conceito foi substancialmente revisto e ampliado. A noção de bem cultural passou a compreender uma vasta gama de manifestações culturais, como rituais, celebrações, saberes e fazeres.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

A Constituição de 1988 consagra o entendimento de bens culturais em seu conjunto de patrimônio cultural material e também imaterial, assim listados no Art. 216: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Patrimônio Cultural Material

O patrimônio cultural material refere-se aos bens culturais cujo valor e significado está atrelado ao seu suporte físico, isto é, que se apresenta na sua materialidade. Por esse motivo, é importante que o bem cultural seja preservado de modo a conservar suas características originais, apresentar condições de integridade e autenticidade. Conforme o **Decreto Estadual n.º 31.049, de 12 de janeiro de 1983**, o patrimônio cultural material sul-riograndense é composto de acervos, objetos, obras artísticas, áreas de relevante significação histórica, arqueológica ou paleontológica, reservas naturais e construções urbanas, suburbanas e rurais, de expressivo significado histórico, arquitetônico ou técnico.

Tombamento

Tombamento é um instrumento jurídico cujo objetivo é garantir a preservação do patrimônio cultural material. Esse instrumento se aplica a bens públicos e privados, o que implica um certo grau de interposição entre os direitos de propriedade privada e a proteção do interesse público. Os artigos 215 e 216 da Constituição Federal estabelecem o direito coletivo difuso de fruição e acesso aos bens culturais e de preservação do patrimônio cultural, o que determina o efeito de imposição do tombamento quando há necessidade justificada de conservar bens culturais materiais portadores de valores culturais. A atribuição de valor cultural implica a execução de um procedimento técnico que visa fundamentar a valorização, expondo as características do bem que justificam a escolha pelo tombamento, em função dos critérios técnicos estabelecidos em lei e em conformidade com o interesse público.

Patrimônio Cultural Imaterial

O patrimônio imaterial é definido, no âmbito estadual, pela Lei nº 13.678, de 17 de janeiro de 2011, atualizada pela Lei nº 14.155, de 20 de dezembro de 2012, e regulamentada pelo **Decreto nº 54.763, de 17 de agosto de 2019**. São os bens culturais de natureza imaterial aqueles que portam referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade gaúcha. Mais particularmente, trata-se do conjunto das manifestações, práticas e conhecimentos técnicos que têm como fontes a sabedoria, a prática, a memória e o imaginário das pessoas, transmitidos às gerações presentes e futuras pela tradição e pela identidade cultural vivenciadas no cotidiano das comunidades. Não é adequado pensar a salvaguarda do patrimônio imaterial em termos de “proteção” ou “conservação”, mas sim em termos de “continuidade” e “reprodução”. Por esse motivo, o instrumento de tombamento não se aplica ao patrimônio imaterial. Entretanto, outras ações podem e devem ser adotadas pelo poder público para assegurar a continuidade desses bens culturais, tais como o mapeamento, a identificação, o registro, o fomento e a valorização.

Registro do Patrimônio Cultural Imaterial

O Registro do Patrimônio Cultural Imaterial do Rio Grande do Sul é uma medida de reconhecimento e valorização efetuada pela Secretaria da Cultura, que tem como fim a documentação, a divulgação e a proposição de ações de salvaguarda voltadas ao patrimônio imaterial. O objetivo dessa medida é disponibilizar a toda a sociedade o acesso a informações sobre o bem cultural, tais como narrar sua origem, sua trajetória, as transformações por que passou ao longo do tempo e identificar os significados para a sociedade. Esse esforço contribui para o reconhecimento e a valorização do papel de uma determinada manifestação cultural para a formação da cultura rio-grandense, além de estimular o envolvimento da sociedade na tarefa de dar continuidade a esses bens.

O ato é efetivado pela inserção do bem cultural em um ou mais dos **Livros de Registros**, que até o presente o momento são quatro: Livro de Registro dos Saberes, no qual são inscritos os conhecimentos e os modos de fazer significativos no cotidiano das comunidades; Livro de Registro das Celebrações, no qual são inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; Livro de Registro das Formas de Expressão, no qual são inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas, esportivas e lúdicas; e Livro de Registro dos Lugares, no qual são inscritos os lugares em que se produzem e reproduzem práticas culturais coletivas.

Inventário de Bens Culturais

O inventário cultural consiste no levantamento de bens considerados representativos de uma cultura em determinado recorte territorial. Trata-se de um instrumento destinado à identificação, ao reconhecimento e controle dos bens culturais. É constituído pelo levantamento de um acervo documental a partir da realização de entrevistas, produção de textos, fotografias, desenhos, gravações sonoras e filmagens. Esse acervo documental oferece informações técnicas valiosas aos agentes públicos que demonstram a necessidade de intervenção e/ou adoção de medidas de preservação. A construção de conhecimento sobre os bens culturais é o primeiro passo para o planejamento de medidas de salvaguarda. A documentação levantada também pode servir para outros fins, por exemplo, fonte de pesquisa, preservação da memória ou como subsídio para ações de educação patrimonial.

Paisagem Cultural

Tudo aquilo que nós vemos e experienciamos no nosso ambiente compõe a paisagem. A paisagem, como um patrimônio cultural, não se encontra apenas nas vistas extraordinárias ou em cenários icônicos, lugares já reconhecidos por sua beleza. O valor simbólico conferido à paisagem reside na função que ela exerce para as comunidades que a vivenciam. Os vínculos de apego e identidade são afirmados e reafirmados na relação cotidiana que as comunidades estabelecem com o ambiente que as circunda.

Uma vez que a imaginação, a memória, as representações e as cosmovisões transformam e ordenam a relação das culturas humanas com seu ambiente, esses fatores subjetivos produzem efeitos concretos e tangíveis que podem ser observados e vivenciados. Paisagem Cultural é um conceito que abriga tanto os elementos objetivos como subjetivos dessa relação. Os modos de se alimentar, as formas de habitação, os meios de transporte, as ferramentas, os lugares de culto também são aspectos perceptíveis que constituem a Paisagem Cultural.

*MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. **Inventário**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.*

*RIBEIRO, Rafael Winter, **Paisagem cultural e patrimônio**, Rio de Janeiro: IPHAN, 2007. p.32*



Vista panorâmica do Centro Histórico - Piratini - RS

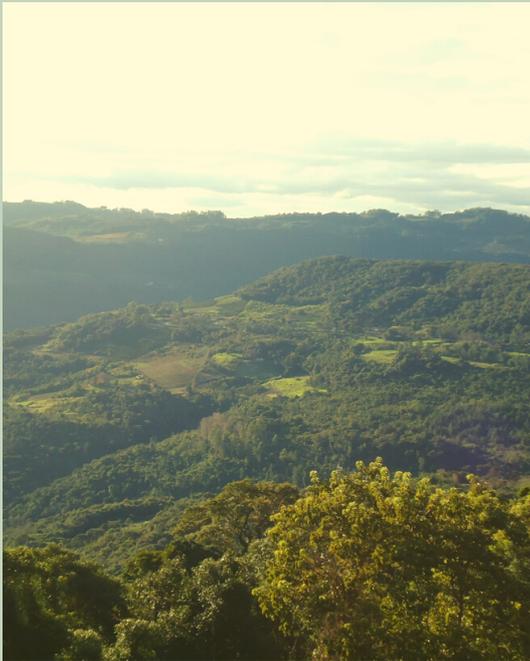
AÇÕES NA ESCOLA

Ações de Educação Patrimonial para o Ensino Básico

A educação patrimonial parte de uma abordagem intrinsecamente interdisciplinar e se torna mais efetiva quando integrada às diversas dimensões da vida cotidiana, articulada às referências identitárias ou culturais das comunidades locais. O acesso aos bens culturais é mais prolífico quando articulado com uma rede de apoio que integra instituições, detentores dos bens culturais e sociedade civil.

Esse trânsito entre múltiplos atores sociais promove processos educativos abrangentes que oportunizam a integração da escola com a comunidade. Familiares, mestres, artesãos, líderes comunitários são alguns exemplos de parcerias valiosas na composição de um repertório diverso de saberes e de perspectivas para o processo de ensino. Da mesma forma, a colaboração com museus, arquivos, bibliotecas e parques promove a familiarização do estudante com equipamentos culturais do município e a ação integrada entre diferentes esferas da administração pública.

Neste Guia, propomos atividades de educação patrimonial cujos pontos de partida são a experiência imediata e a vida cotidiana das comunidades. A abordagem é centrada na Paisagem Cultural enquanto conceito-chave para desencadear um novo olhar sobre o ambiente e promover a reflexão sobre os bens culturais vivenciados na cidade e no campo. Partindo desse conceito, esperamos estimular a produção de conhecimento sobre a valorização do patrimônio cultural, material e imaterial, o direito à cidade e a preservação do meio ambiente.



Pela leitura da paisagem podemos decifrar a velocidade das transformações, as mudanças da tecnologia, a reconfiguração dos modos de vida, reorientação de valores, etc. Ela guarda o registro de diferentes temporalidades, aproximando o passado do presente. O exercício de decifrar continuidades e rupturas da paisagem no tempo presente é um meio para acessar, pensar e reconhecer os bens culturais que vivenciamos no cotidiano.

Paisagem Natural - Venâncio Aires - RS

Explorar a paisagem é promover a sensibilização sobre o lugar onde habitamos. É explorar os vários significados e histórias guardados nos caminhos para nossas atividades diárias ou nos lugares de convivência. Essa reflexão é um exercício de promoção de cidadania, valorização da identidade local, fortalecimento de vínculos interpessoais e sensibilização para o meio ambiente.



Chateau d'eau e Casa de Câmara e Cadeia - Cachoeira do Sul - RS

Neste exercício, propomos uma sequência de atividades que almejam construir a valorização da diversidade cultural por meio do reconhecimento da multiplicidade de significados, apegos e sentidos que uma determinada localidade pode inspirar. Diferentes comunidades encontram múltiplas formas de habitar o mundo. Hábitos, rituais, práticas, gestos e dialetos variados costumam inúmeros significados para um mesmo ambiente compartilhado. Mesmo em pequena escala, é sempre possível encontrar muitas versões da história sobre um mesmo espaço. Este Guia é para o reconhecimento e a apreciação dessa diversidade.

Pode ser um bairro, uma cidade, um distrito ou uma vila. Lembre-se de que o exercício não trata apenas da valorização da paisagem natural em si, mas também das pessoas que nela habitam. Os cartões-postais e os pontos turísticos podem ser importantes referências culturais, mas considere também resgatar as paisagens da vida cotidiana, afinal é nelas que os vínculos afetivos são forjados. Considere que um projeto de educação patrimonial pode ser um poderoso veículo para a construção de autoestima, especialmente em lugares socialmente discriminados. A construção de um comprometimento coletivo com o lugar onde se vive é um poderoso caminho para construir consciência cidadã e reivindicar melhorias infraestruturais e socioambientais.

As atividades propostas foram ordenadas seguindo a metodologia do “Guia Básico da Educação Patrimonial” desenvolvido por Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro, pioneiras dessa metodologia no Brasil, a educação patrimonial. O guia apresenta etapas progressivas de apreensão dos fenômenos culturais.

RIBEIRO, Rafael Winter, **Paisagem cultural e patrimônio**. op. cit.

SANTOS, Milton, **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**, São Paulo, SP, Brasil: Edusp, 2012. p.22

Carta da Paisagem das Américas

Tradução de Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti Veras. Cidade do México, IFLA AR, UAM-Azcapotzalco, 2018.

FILHO, Flavi Ferreira Lisboa; NUNES, Lucas da Silva, **A Educação Patrimonial como uma estratégia de reconhecimento e valorização cultural e identitário**, in: PADOIN, Maria Medianeira; FIGUEIRO, Adriano Severo; CRUZ, Jorge Alberto Soares (Orgs.), **Educação patrimonial em territórios geoparques: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia**, Santa Maria: Brasil, 2021.

DUARTE, Mirela Carina Rêgo et al, **Paisagem em “concertina” para uma educação patrimonial**, Paisagem e Ambiente, v. 33, n. 50, p. e183393, 2022.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz, **Guia básico de educação patrimonial**, 3. ed. Petropólis, RJ: Brasília, DF: Museu Imperial; IPHAN, 2006

Etapa	Atividade
Observação	Exercícios de percepção estimulados por perguntas que buscam a identificação do objeto, sua função e atribuição de significado.
Registro	Fixação do conhecimento, atividades de elaboração por meio da escrita, desenho, fotografia, etc.
Exploração	Desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, questionamento, avaliação, entrevistas, pesquisa em bibliotecas e arquivos.
Apropriação	Recriação e releitura, envolvimento afetivo, participação criativa, valorização do bem cultural.

Fazenda Tafona - Cachoeira do Sul - RS



Observação

Segundo a metodologia proposta por Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro, a observação corresponde a um primeiro nível de conhecimento, que se manifesta por meio da investigação direta do objeto e de questionamentos que podem revelar, através de perguntas apropriadas, os aspectos fundamentais do bem cultural. Aqui, propomos que essa primeira etapa seja exercitada sobre as referências culturais que estão mais imediatamente presentes na vida cotidiana dos estudantes. Os conceitos de **Patrimônio Cultural, Identidade, Cidadania e Diversidade Cultural** serão estudados a partir de vínculos afetivos e exemplos concretos.

Essas atividades são pensadas para estimular a reflexão sobre si e sobre o outro, identificar os bens culturais e pensar criticamente sobre o lugar deles em nossas vidas. O conceito de identidade é central para essas atividades, pois é o fio condutor que conecta as manifestações culturais aos sentimentos de pertencimento e autoestima. O conceito de identidade será trabalhado aqui de forma ampla, definido como o conjunto de características próprias de uma pessoa ou de uma coletividade, que permitem o reconhecimento desses enquanto seres únicos e inconfundíveis.

As atividades também envolvem educar para um olhar sobre si e perceber-se como um membro de uma comunidade culturalmente rica e diversa, como um cidadão em pleno exercício de seus direitos culturais e com acesso às fontes da cultura nacional. Também envolve momentos de compartilhar e saber ouvir, abraçar a diferença no outro e incorporá-la para seu repertório. O objetivo é aprender a respeitar e identificar no outro aquilo que o torna único, digno e valioso em si mesmo. É sobre observar e ser observado. Promover um momento de celebração da própria identidade e da diferença. Nesse processo, os bens culturais, expressos nas narrativas sobre os cotidianos e características de cada participante, manifestam-se em toda a sua multiplicidade de origens e suportes, e se tornam evidentes para todos.

Meu Nome, Nossa Identidade

Conduza seus estudantes a investigar, junto aos seus pais ou responsáveis, as origens de seus próprios nomes.



Como o seu nome foi escolhido?

Quem o escolheu?

Ele tem algum significado?

Existe alguma referência cultural no seu nome? (por exemplo, pertence a algum parente ou membro da família? Alguma personagem histórica ou religiosa? Personagem do cinema, literatura ou televisão?)

É um nome comum na sua comunidade?
Na sua família?

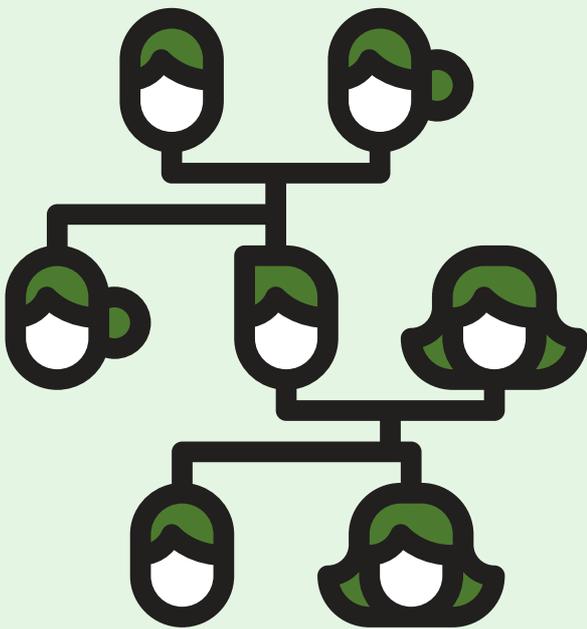
Seu nome faz homenagem a alguma pessoa especial?

Nome Completo

Promova uma oportunidade para cada estudante compartilhar essa história do nome com seus colegas. Cada um deverá acompanhar atentamente a história contada pelos outros e comparar com sua própria experiência. Que elementos existem em comum nessas histórias? Proponha uma reflexão sobre a importância do nome para a identidade e a autoestima pessoal.

Meu Ancestral, Nosso Passado

Oriente os estudantes a pesquisarem sobre um dos seus ancestrais junto à sua família ou comunidade. Esse ancestral pode partir de um vínculo familiar – isto é, um avô, avó, bisavô, bisavó, etc. – ou de um vínculo comunitário ou simbólico, por exemplo, um personagem histórico, mítico, popular ou representativo da comunidade à qual o estudante pertence.



A pesquisa pode ser auxiliada por questionamentos geradores:

Como esse ancestral era?

Ele viveu durante que época e por quantos anos?

Quais eram seus talentos? Por quais desafios passou?

Como se vestia, comia e trabalhava? Que atividades exercia?

Qual era sua cultura, seus interesses, seus valores?

Como influenciou a vida de outros e que legado deixou?

Era uma pessoa que o estudante gostaria de conhecer?

Convide os estudantes a contarem sobre seu ancestral para os demais colegas. Após essa atividade, promova uma reflexão sobre os diferentes tempos que emergiram em cada relato.

Elabore uma cronologia tendo esses personagens como pontos de referência temporal e espacial. Aproveite os estranhamentos e apropriações despertados nos estudantes para promover uma reflexão sobre a transformação das sociedades e dos modos de viver.

Que outros eventos históricos podem ser estudados a partir dos relatos? Como essas histórias individuais revelam uma história compartilhada, ligada aos conteúdos trabalhados em outras aulas?

Meu Bem Cultural, Nossa Cultura

Proponha aos estudantes que cada um apresente aos demais algum objeto ou referência cultural de sua escolha. O objetivo dessa atividade é exercitar o conceito de **Bens Culturais** a partir de objetos, referências e situações que já são reconhecidos pelos estudantes como relevantes ou representativos para si ou para a comunidade à qual pertencem. O conceito de Bens Culturais Materiais e Imateriais pode ser elaborado a partir de exemplos encontrados em casa ou no bairro. É importante reforçar que o valor do Bem Cultural não está necessariamente vinculado diretamente ao seu valor econômico, mas à sua importância para a memória e o sentimento de pertencimento do estudante a um determinado grupo ou lugar.

Exemplos de Bens Culturais Materiais

- Roupas ou adereços que fazem referência a um grupo, subcultura, time esportivo ou religião;
- Objetos que foram transferidos de geração em geração na família e seus diferentes usos ao longo do tempo;
- Símbolos religiosos ou de devoção;
- Brinquedos que remetem a um vínculo com outra pessoa ou à memória de um ente querido;
- Fotografias de família que representam eventos memoráveis;
- Instrumentos e ferramentas de trabalho referentes às práticas profissionais existentes na família.

Exemplos de Bens Culturais Imateriais

- Receitas passadas de geração em geração;
- Histórias contadas na família: a tradição oral de um evento importante para a trajetória familiar;
- Formas de expressão favoritas: músicas, ritmos, técnicas de pintura ou de grafite, poemas;
- Brincadeiras ou jogos que pais ou avós praticavam em sua infância; Oficinas ou técnicas de artesanato ensinados na família ou na comunidade;
- Saberes médicos, rituais de cura e remédios populares transmitidos em sua comunidade;
- Sotaques, formas de falar, expressões populares e gírias únicas entre seu grupo de amigos;
- Danças e cantigas tradicionais.

Após cada estudante apresentar o resultado de sua pesquisa, promova um momento de reflexão sobre o conjunto dos bens culturais apresentados por eles e como cada contribuição se soma para a composição de uma cultura compartilhada na classe. Faça um paralelo desse conjunto de bens e referências culturais com o patrimônio cultural existente na sua cidade ou região.

Minha Paisagem Favorita, Nossa Cidade

Nesse exercício, o grupo é convidado a refletir sobre o seu entorno e identificar paisagens que se destacam no seu cotidiano. Promova uma roda de conversa informal onde cada um pode contribuir com percepções, experiências e pontos de vista. A reflexão conjunta permite que cada participante reconsidere e reavalie as suas vivências particulares a partir de uma nova sensibilidade, que se expressa na orientação coletiva de valorização da paisagem. Esse é um primeiro passo para a construção compartilhada de conhecimento sobre o espaço, que parte das experiências pessoais imediatas do grupo. Alguns questionamentos geradores podem ajudar a promover o debate e a reflexão. O grupo pode ser orientado a refletir sobre essas questões antes da realização da roda de conversa:

Nos seus caminhos diários de rotina, existe alguma paisagem específica que capture sua atenção? Quais elementos ou formas produzem esse efeito? Por exemplo: árvores frondosas, grafites interessantes, edifício antigo, monumentos, decoração atraente, etc.;

Existem elementos naturais (cachoeiras, rios, montanhas, etc.) nessa paisagem?

Há quanto tempo esse lugar faz parte de sua vida? Existe algum que guarde uma memória relevante para sua vida ou para a vida de algum familiar? Que sentimentos este lugar desperta?

Existem elementos culturais reconhecidos pela comunidade? (edificações, casas, prédios, salões, ginásios, roças, sítios arqueológicos, sítios paleontológicos, quilombos, aldeias indígenas, etc.)? Você costuma convidar pessoas para conhecer esse lugar?

Realiza ali alguma atividade? Participa de algum grupo, cooperativa ou associação? Por quê?

Dentre esses lugares, algum passou por transformação recente? Por exemplo, prédios novos estão sendo construídos? Casas foram abandonadas? Novos comércios abriram? Lojas tradicionais fecharam? Asfaltaram a rua? Mudaram a fachada de algum prédio? O que mudou e por que você acha que as mudanças aconteceram e/ou estão acontecendo? Você observa mudanças que possam estar prejudicando esse lugar (desmatamento, abertura de estradas e ruas, urbanização, novos moradores na região, novas construções, outros)?

Dentre essas transformações, existe alguma que você considere que foi para melhor? Ou para pior? Quais sugestões de transformação você proporia? Quais elementos você acha que deveriam ser conservados? Existe alguma ameaça a esse bem cultural (desmatamento, incêndio, enchentes, expansão urbana, abertura ou alargamento de estradas etc.)?

Registro

Segundo Horta, Grunberg e Monteiro, as atividades de Registro têm como objetivo fixar o conhecimento e aprofundar a observação e a análise crítica do objeto. Essas práticas podem variar entre exercícios de desenho, descrição verbal ou escrita, fotografia, maquete, mapas ou gráficos. São ações que permitem o reforço da memória e do vínculo com o bem cultural.

Após a etapa de observação, propomos a realização de uma listagem dos bens culturais e lugares citados nas atividades anteriores, cujo propósito é promover uma identificação inicial das referências culturais que os estudantes reconhecem e reivindicam. Essa é uma oportunidade de refletir sobre essas referências culturais, identificar o lugar que elas têm na vida dos participantes e pensar criticamente sobre as transformações pelas quais elas passaram com o tempo.

Registrando a Paisagem Cultural

Após essa troca de impressões, experiências e sentimentos, cada participante poderá registrar suas reflexões na ficha disponibilizada a seguir. A coleta das fichas oferecerá ao professor um instrumento para conhecer melhor os estudantes e elaborar o andamento das próximas atividades. O conjunto das fichas oferece um levantamento de significados, apegos e referências que compõem o repertório de interesses do grupo. O material reunirá um conjunto de lugares e referências culturais que poderão servir como um campo de experimentação nas próximas etapas das atividades de educação patrimonial, como o Registro, a Exploração e a Apropriação. A partir da realidade do grupo e do tempo disponível, selecione uma lista de referências culturais coletadas durante a etapa de observação para planejar as atividades seguintes.

Minha Paisagem Favorita

DENOMINAÇÃO DO LUGAR:

MUNICÍPIO:

LOCALIDADE (VILA, DISTRITO, BAIRRO, ETC.):

COMO O LUGAR É?



COMO O LUGAR ERA ANTIGAMENTE?

O QUE MUDOU?

Diário de Campo

Registrar as diferentes espécies de fauna e flora do ambiente em um Diário de Campo. O diário pode registrar as formas, cores, aromas, funções, habitat e outras características a serem aprofundadas em uma aula de biologia.

Caminhos de Memória

Em parceria com um arquivo, museu ou instituição de memória de sua cidade, organize um Caminho de Memória pelas ruas de sua cidade. Organize uma saída de campo com o propósito de caminhar por itinerários onde é possível visitar e reconhecer.

- Mobilizar bens culturais como objetos transformadores. Debater períodos ou processos históricos relevantes para sua cidade. Ao fim da publicação, disponibilizamos uma *lista de bens tombados pelo Estado do Rio Grande do Sul*.
- Caminhar promove um vínculo único com o espaço, crie um roteiro que seja factível e não muito cansativo. Tenha sempre em consideração pessoas com baixa mobilidade que participam da atividade.
- Preparar a turma previamente sobre os temas. Se possível, visite o lugar antes para identificar e estabelecer pontos de interesse.
- Envolver muitas disciplinas: história, geografia, biologia, matemática. Lembre-se que as atividades de registro listadas anteriormente podem ser desenvolvidas em conjunto com essa atividade
- Encorajar os alunos a registrarem os pontos de interesse, expressarem seu olhar e ponto de vista sobre os detalhes nos edifícios, capturando enquadramentos e ângulos criativos sobre aquilo que desperta seu interesse e curiosidade.



Paisagem Sonora

Com o microfone de um celular é possível registrar a Paisagem Sonora de um espaço, constituída pelos diferentes sons que compõem um determinado ambiente. As Paisagens Sonoras são únicas para cada local e nem sempre estamos conscientes de sua importância e seu impacto no nosso cotidiano. O ato de registrar conscientemente os sons dos ambientes nos quais transitamos pode ser um interessante exercício de percepção sobre a poluição sonora.

Estudos Geométricos

A geometria é um princípio básico de diferentes áreas do conhecimento que lidam com o estudo da paisagem, desde a descrição do mundo físico (topografia e geodésia) até o detalhamento de obras arquitetônicas e urbanas. Exercícios de trigonometria podem ser uma forma estimulante de estimar a altura de um prédio, uma árvore ou morro. Outros exercícios podem explorar a área de uma quadra, o volume de um rio e os elementos geométricos característicos da arquitetura de um edifício, por exemplo.

Exploração

Esta etapa se destina a desenvolver e pesquisar os bens registrados anteriormente. O propósito das atividades é exercitar a curiosidade intelectual e a apropriação de metodologias de pesquisa, tais como a entrevista, a consulta a arquivos e fontes primárias, a leitura e a elaboração de textos. Outras competências trabalhadas são a reflexão, o debate, a análise crítica, a imaginação e a criatividade. É importante que os trabalhos sejam elaborados em grupo, como meio de desenvolver coletivamente soluções para os problemas de pesquisa apresentados. Os participantes serão estimulados a investigar causas e consequências, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas.

Antes & Depois

Monte um quadro com “antes e depois”, usando as fotografias e informações coletadas anteriormente. Tente recriar fotos antigas, reproduzindo a mesma composição e a mesma distribuição de objetos, ou então os substitua por objetos contemporâneos. Encontre, no acervo de museus ou em arquivos da sua cidade, informações sobre o lugar. Observe o que é antigo e o que é novo; a idade dos edifícios, árvores, negócios, comércio, restaurantes. O que isso revela? Explore os processos históricos que constituíram sua cidade ou região. Os diferentes tempos da paisagem podem revelar ciclos econômicos, fluxos migratórios, transformações da tecnologia, conflitos políticos e mudanças de regime.



Igreja Matriz antes e depois - Piratini - RS

Entrevistas com Habitantes

Buscar em pessoas próximas relatos sobre experiências, memórias, significados, sentidos, narrativas. As entrevistas podem ser estruturadas por um roteiro de perguntas ou ocorrerem de forma espontânea. Encoraje as descrições, histórias, memórias e os causos. Mergulhe nos vínculos com os antepassados. Investigue sentimentos, afetos e apegos. Questione sobre as atividades econômicas que acontecem no lugar. Quais são os seus significados e funções? Quais se transformaram com o tempo, quais permaneceram? Como o modo de vida das pessoas se transformou? Que valores foram transformados? Quais técnicas e hábitos seguem os mesmos? O espaço mudou sua funcionalidade? Que comércios fecharam? Um espaço rural transformou-se em um espaço urbano?

Exercitando Cidadania

Simule com o grupo uma reunião do Conselho de Cultura de seu município. Os Conselhos de Cultura são grupos de representantes da sociedade civil que participam da elaboração das políticas públicas. Promova com os estudantes um exercício no qual eles assumam o papel de conselheiros e tenham a tarefa de escolher um Bem Cultural representativo para a comunidade, que deve ser preservado. Estimule o debate sobre que valores devem prevalecer como foco das ações de conservação. Questione o grupo sobre novas medidas de preservação e salvaguarda que o poder público poderia adotar em favor desse Bem Cultural.

Patrimônio Imaterial

Promova uma pesquisa sobre o patrimônio cultural imaterial da sua cidade. Há atividades culturais típicas no seu município? Quem participa? Fale sobre elas. Que formas de expressão cultural você identifica? Há instrumentos e objetos tradicionais? Há trajes e adereços tradicionais? Há danças e músicas tradicionais? Há festas, festivais e feiras? Há rituais e orações tradicionais? Há espaços cenográficos e celebrações? Existem produtos ou ingredientes típicos? Há comidas, bebidas ou receitas tradicionais relacionadas a esses produtos? Existem, em algum momento do ano, uma festa, um culto, missas ou reuniões?

Dados Demográficos e Sociológicos

Elabore uma pesquisa com os dados demográficos da cidade. Que relações sociais a cidade revela? Quais dinâmicas de grupos, afinidades, conflitos, coexistências e diferenças estão implícitas nessas informações? Temas como desigualdade de renda, segregação racial, mobilidade urbana e emprego podem ser desenvolvidos a partir dessa reflexão.

Exploração de Monumentos

Pesquise suas histórias e indague por que esses monumentos foram colocados ali, qual escolha estética foi tomada, o que representam e como compõem a paisagem cultural do município.

Repertório Cultural

Pesquise poetas, escritores, fotógrafos, artistas, mitos tradicionais, músicos, rappers que trataram de temas da cidade, dentre outros.

Apropriação

Esta etapa se destina a promover a valorização e o usufruto das diversas manifestações artísticas e culturais elaboradas nas atividades precedentes. Os participantes serão encorajados a mobilizar as diferentes formas de expressão e os saberes pesquisados, assim como examinar a produção artístico-cultural de seus colegas. A partilha de informações, experiências, ideias e sentimentos é, ao mesmo tempo, uma atividade analítica e afetiva, na qual os vínculos pessoais com o patrimônio cultural serão reforçados. A apropriação é mais efetiva quando exercitada com o sujeito de forma integral, isto é, quando envolve várias formas de percepção e vivência. A mobilização da atividade física, o experimento, a degustação e a diversão são aspectos indispensáveis para a efetividade dessa proposta.

Atividades ao Ar Livre

A totalidade da paisagem só pode ser usufruída quando nos apropriamos dela com todos os sentidos. Para além de um objeto de observação, o apego à terra se manifesta nos sabores, fragrâncias, sonoridades, texturas e ritmos. Para estimular esses vínculos de pertencimento, considere organizar atividades que encorajem vivências ancoradas na relação da paisagem com o corpo. O currículo de Educação Física pode ser um grande aliado nessas experiências. Jogos ao ar livre, exercícios de respiração e de meditação, por exemplo.

Jardinagem e Paisagismo

Essas atividades são uma importante oportunidade de despertar o grupo para a importância do meio ambiente. Observar a qualidade do ar, a saúde dos rios e dos mares, a fragilidade da fauna e da flora, o cuidado com os sítios e jardins, para promover a formação de uma ética ambiental.

Sarau Artístico

Reúna o produto das tarefas realizadas anteriormente. Para encorajar a expressão criativa do grupo, organize um prêmio para a melhor fotografia, montagem, poema, declamação, receita, filme ou paisagem sonora.

Lanche Temático

Promova uma refeição explorando os sabores e aromas da culinária tradicional de seu município. Valorize ingredientes e produtos locais que estejam associados às referências culturais exploradas nos itens anteriores.

Oficina de Artesanato

A partir dos ofícios pesquisados durante a etapa de exploração, organize uma oportunidade para o compartilhamento de práticas e saberes junto aos detentores tradicionais. A parceria com os detentores (mestres, artesãos, profissionais liberais) é um aspecto indispensável dessa atividade.

Referências para o Professor

Professor, escolhamos algumas referências publicadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que consideramos bastante ricas em reflexões e relatos de experiências.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo.

Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF:

IPHAN/DAF/COGEDIP/CEDUC, 2014. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). *Educação*

Patrimonial inventários participativos: manual de aplicação. Instituto do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto, Sônia Regina Rampim

Florêncio et al. – Brasília-DF, 2016. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Superintendência

do Iphan na Paraíba. *Educação patrimonial: educação, memórias e identidades*.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Átila Bezerra

Tolentino (Org.). – João Pessoa: Iphan, 2013. Disponível em

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_de_educacao_patrimonial_nr_03.pdf

Educação patrimonial: reflexões e práticas. Átila Bezerra Tolentino (Org.) – João

Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. Disponível em

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialReflexoesEPraticas_ct1_m.pdf

Educação patrimonial: orientações ao professor. 2 imp. João Pessoa:

Superintendência do Iphan na Paraíba, 2011. Disponível em

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialOrientacoesAOProfessor_ct1_m.pdf

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do Iphan na Paraíba. Casa do Patrimônio da Paraíba. *Educação patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Organização, Átila Bezerra Tolentino ... [et al.]. – João Pessoa: Iphan, 2014. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/4\(2\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/4(2).pdf)

Grunberg, Evelina. *Manual de atividades práticas de educação patrimonial*. Evelina Grunberg. Brasília, DF : IPHAN, 2007. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_ManualAtividadesPraticas_m.pdf

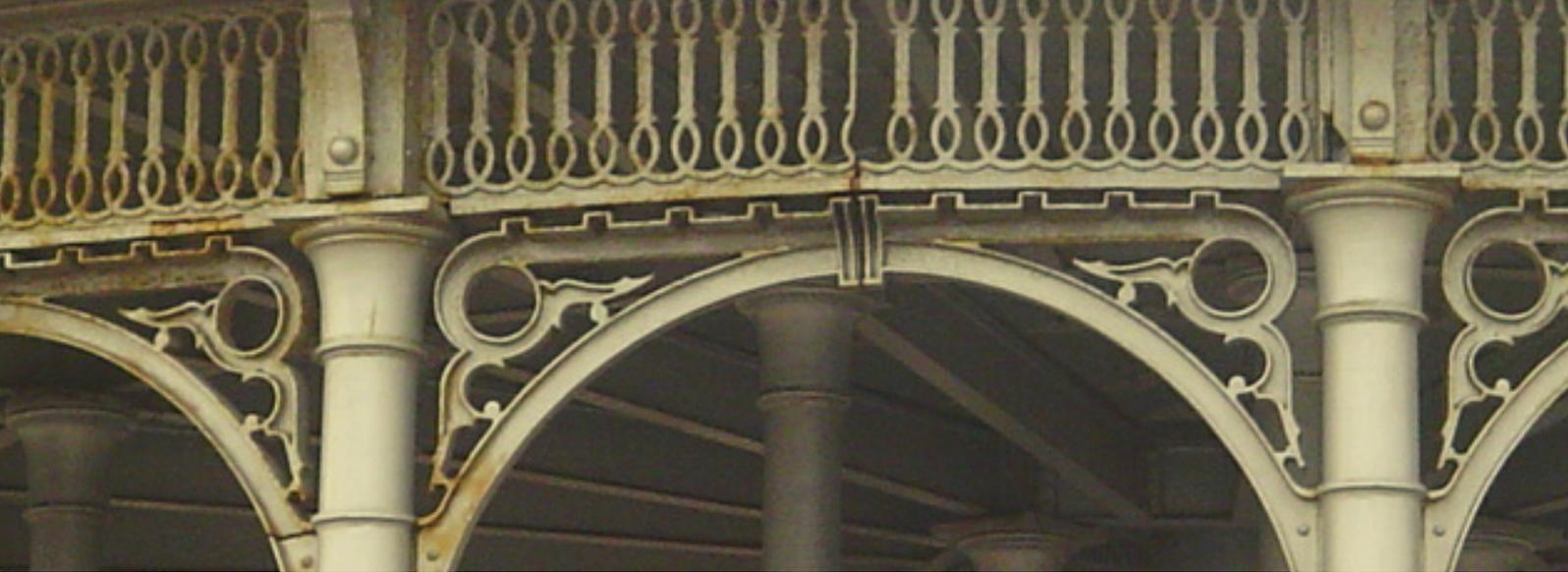
Educação patrimonial: práticas e diálogos interdisciplinares. organização, Átila Bezerra Tolentino, Emanuel Oliveira Braga. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2017. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_06_.pdf

Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. organização, Átila Bezerra Tolentino, Emanuel Oliveira Braga. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf

RESENDE, Maria Beatriz. Histórico do projeto. In: RESENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2014. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1026>

Vista panorâmica do centro histórico - Bagé - RS





Arcadas do Mercado Público - Pelotas - RS

AÇÕES NO MUNICÍPIO

Ações de Educação Patrimonial para serem adotadas pelo poder público municipal

A Constituição Federal de 1988 defende a promoção e a proteção do patrimônio cultural através de um esforço partilhado entre os Entes Federativos com a colaboração da sociedade. Cabe aos municípios, com o auxílio dos Estados e da União, protagonizar iniciativas voltadas à identificação, ao registro e à preservação das referências culturais locais. O espaço de mobilização das comunidades, das memórias, das tradições e da história situam-se nos municípios e deles deve partir a intenção e o interesse pela preservação e proteção dos seus bens culturais. As memórias de grupos e os fatos históricos estão nos municípios, sendo eles as fontes e os lugares para a elaboração dos inventários de suas potencialidades culturais.

O apoio, a participação e o envolvimento da comunidade junto ao Poder Público Municipal no processo de execução das ações de promoção do patrimônio cultural são indispensáveis para assegurar a efetividade dessas políticas. Por isso, cabe ao poder municipal adotar medidas de mobilização, divulgação e fomento que garantam o caráter participativo e dialógico das medidas de preservação do patrimônio cultural. As ações de educação patrimonial propostas neste Guia oferecem alternativas aos gestores, técnicos e lideranças locais que buscam soluções ao desafio de promover a participação e a democratização dos processos de preservação e salvaguarda.

Nesse esforço, ações de educação patrimonial podem ser executadas em conjunto com outras medidas de preservação, salvaguarda e continuidade dos bens culturais. Projetos de restauro de bens culturais móveis e imóveis, execução e atualização do Inventário Cultural, debates públicos sobre o Plano Diretor, aplicação de medidas compensatórias de danos socioambientais, feriados municipais, celebrações e festas tradicionais, feiras agropecuárias e comerciais: esses são alguns exemplos de momentos oportunos para a promoção de ações de educação patrimonial. É importante que essas ações sejam adotadas antes, durante e depois desses eventos, para assegurar a colaboração e a participação da comunidade no esforço de reconhecimento e valorização dos bens culturais.

Tendo isso em vista, as ações propostas a seguir foram dispostas em cinco palavras-chaves que propõem uma sequência de ações que podem ser adotadas para integrar as medidas de salvaguarda do patrimônio cultural com os esforços de mobilização da comunidade. São elas **sensibilizar, conhecer, usufruir, valorizar e preservar**.

Sensibilizar

Sensibilizar é tornar sensível, trazer aos sentidos ou chamar a atenção. É fácil perder de vista a importância de algo que experienciamos diariamente ou ao qual temos fácil acesso. O patrimônio cultural pode se esconder em plena vista, nos objetos que vivenciamos cotidianamente ou nos saberes e práticas que consideramos mundanos. Infelizmente, muitas vezes a importância de um bem cultural evidencia-se aos seus detentores apenas quando ele já se encontra em risco de desaparecimento.

Para superar a indiferença das pessoas em relação ao patrimônio cultural, é importante reconhecer que as referências culturais não se encontram apenas nos monumentos ou obras de arte consagradas – as manifestações culturais que orientam nossas identidades e influenciam nossas vidas são aquelas encontradas mais próximas das nossas vivências cotidianas.

Sensibilizar é destacar e reconhecer o patrimônio que já está presente em frente aos olhos, mesmo que negligenciado ou em processo de degradação. É mais do que disponibilizar informações ou divulgar. É preciso estimular uma cidadania ativa e uma compreensão dos direitos assegurados pela Constituição, isto é, o dever do Poder Público – com a colaboração da comunidade – de promover e proteger os bens culturais que são portadores de referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

É importante reconhecer que a sensibilização, por si só, não leva a mudanças duradouras, mas é um primeiro passo. É uma oportunidade de iniciar um novo processo educativo e estimular a consciência para o patrimônio. Contribui, assim, para a percepção das pessoas sobre o seu papel cidadão de participar nas ações de proteção e salvaguarda, sabendo que isso trará benefícios a sua própria qualidade de vida. Essa mudança deve começar por aqueles que, na posição de multiplicadores, podem mostrar o exemplo e abrir caminhos, isto é, os funcionários públicos, técnicos, professores da rede pública de ensino e membros dos conselhos municipais do Patrimônio, da Cultura, do Turismo, do Plano Diretor. Seguem algumas sugestões de ações de sensibilização:

- Audiência Pública com a finalidade de apresentar o projeto de Educação Patrimonial e envolver diferentes órgãos e entidades públicas na proposição de soluções e iniciativas, em conformidade com o interesse público;
- Reunião com os líderes comunitários para a constituição de uma rede de apoiadores e parceiros que possam atuar como multiplicadores dos esforços de sensibilização;
- Oficinas de capacitação e sensibilização para professores das redes pública e privada;
- Rodas de Memória em diferentes locais históricos e com a participação de cidadãos detentores de histórias, saberes, lendas e mitos de sua comunidade;
- Rodas de conversa, seminários, palestras abertas ao público sobre a importância da preservação do patrimônio histórico, cultural, paisagístico, arqueológico e paleontológico.

Conhecer

A ação de conhecer corresponde às medidas de aplicação ou atualização do **Inventário de Bens Culturais**, as quais são atribuição do poder público municipal. A principal finalidade do inventário é produzir conhecimento especializado sobre a cultura do município, o que permitirá, quando for o caso, criar mecanismos de proteção legal e preservação do patrimônio cultural local. Identificar consiste em reconhecer e atribuir valor a um patrimônio local que, necessariamente, não está vinculado ao patrimônio já consagrado pelas políticas públicas.

Embora o inventário seja um instrumento técnico produzido por pesquisadores e especialistas, a metodologia também pode ser um exercício de educação patrimonial quando aplicada em contextos menos formais. As diretrizes para as ações educativas no Iphan encontraram no **Inventário Participativo** um instrumento de incorporação de diferentes agentes sociais aos esforços de identificação e reconhecimento das referências culturais. Esse exercício tem como prerrogativa a construção coletiva e democrática do conhecimento e participação efetiva das comunidades detentoras, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural.

Essa é uma proposta para uma educação dialógica, que combina a defesa e a disseminação do patrimônio herdado com a identificação e o reconhecimento do “patrimônio vivo”, que remete ao pertencimento e à identidade da comunidade. Rodas de conversa, entrevistas com moradores, espaços de memória, Inventário Participativo e pesquisas de opinião pública são alguns recursos disponíveis para realizar um levantamento preliminar de referências culturais. O Inventário Participativo, por exemplo, é um exercício de pesquisa, coleta e organização de informações sobre as referências culturais como meio de promover cidadania e participação social. A publicação do Iphan “Educação Patrimonial: Inventários Participativos” ([link](#)) é um manual completo de como adotar essa metodologia que oferece recursos para sua aplicação, tais como fichas e roteiros de entrevistas.

Usufruir

Usufruir é uma dimensão da educação patrimonial que envolve garantir o acesso às vivências que reforçam o sentido e o valor do patrimônio cultural. Envolve disponibilizar o conhecimento sobre os bens culturais e democratizar o acesso às instituições culturais, de forma que a comunidade possa entrar em contato com os acervos, participar de ações educativas, visitar exposições e desfrutar dos espaços públicos. Cabe ao poder público planejar ações para promover e oportunizar o acesso aos bens culturais materiais e imateriais.

- Atividades de divulgação, comunicação e mídias sociais. Criação de website e aplicativos.
- Realização de Audiência Pública para apresentar ao público os resultados dos Inventários Culturais.
- Organização de um Roteiro Cultural no município. Produção das placas informativas e de sinalização ao longo do roteiro.
- Criação, edição e publicação de livreto, cartilhas e outros materiais gráficos.
- Visitas guiadas ou mediadas ao patrimônio edificado.
- Criação de material pedagógico a partir das informações coletadas no inventário cultural. Edição de materiais didáticos e kits pedagógicos (livro de colorir, jogo da memória, quebra-cabeças).
- Produção de documentário, teatro, shows temáticos, exposição itinerante, mostras de artes ou exposição fotográficas.
- Eventos “portas abertas” em museus ou memoriais.

Valorizar

Valorizar envolve promover o desenvolvimento econômico a partir do potencial criativo latente em todo patrimônio cultural. É sobre permitir o florescimento de novas atividades econômicas que gerem fontes de renda para os detentores dos bens culturais. É perceber que a preservação do patrimônio cultural não é um entrave burocrático ou uma ameaça aos direitos de propriedade, mas uma **oportunidade de dinamizar o setor produtivo** do município e fomentar a economia criativa, o artesanato, a gastronomia, o turismo, a educação e o lazer. É possível explorar muitos efeitos multiplicadores do desenvolvimento cultural a partir da valorização dos patrimônios de caráter material e imaterial:

- Capacitação para o empreendedorismo ligado ao patrimônio cultural;
- Organização de cooperativas de artesãos e centros de referência para mestres e ofícios. Multiplicação de oficinas de artesanato e ateliês;
- Capacitação de guias turísticos para pontos de atração locais;
- Eventos gastronômicos que valorizem ingredientes, saberes e fazeres locais;
- Eventos esportivos que promovam a paisagem cultural e natural (maratonas, ralis, cicloturismo, provas de travessia);
- Valorização de festas e celebrações de caráter cultural e vínculo identitário;
- Confecção de produtos para promoção e divulgação (camisetas, canecas, mascotes, lembrancinhas).

Preservar

Preservar refere-se às ações que buscam dar continuidade e permanência aos resultados obtidos nas atividades de educação patrimonial. Os instrumentos de preservação, tais como o tombamento de bens materiais ou o registro de bens imateriais, são mais efetivos e gozam de maior legitimidade social quando precedidos por um amplo trabalho de conscientização e participação da comunidade nos debates que cercam o patrimônio cultural. Além desses instrumentos legais, as ações de salvaguarda podem ser fortalecidas pela administração municipal por medidas tais como:

- Capacitação das equipes sobre a preservação de documentos históricos;
- Capacitação de agentes comunitários para a preservação do patrimônio cultural;
- Curso de métodos de projetos de restauro;
- Pesquisa de opinião pública para identificar mudanças no interesse social e cultural sobre o patrimônio após as ações realizadas;
- Inclusão do patrimônio cultural como um eixo vital do Plano Diretor do município;
- Cadastramento do município no Sistema Estadual de Cultura.

Arcadas do Mercado Público - Pelotas - RS





Centro Administrativo Fernando Ferrari - Porto Alegre - RS

OUTROS RECURSOS

Sistema Estadual de Cultura

O Sistema Estadual de Cultura é uma estrutura que integra, articula e organiza a gestão cultural, aproximando governo e sociedade civil. O objetivo é formular e implantar políticas culturais permanentes, de forma planejada, pactuada e complementar entre os entes federados. Para aderir ao Sistema Estadual de Cultura, o município deve possuir a seguinte legislação:

- Órgão Gestor da Cultura;
- Conselho Municipal de Cultura;
- Fundo Municipal de Cultura;
- Plano Municipal de Cultura.

Vantagens da adesão:

- Gestão cultural estruturada no município;
- Assessoria da Sedac na gestão cultural;
- Repasse de recursos do PRÓ-CULTURA-RS;
- Promoção descentralizada da cultura no município;
- Garantia de continuidade da política pública cultural.

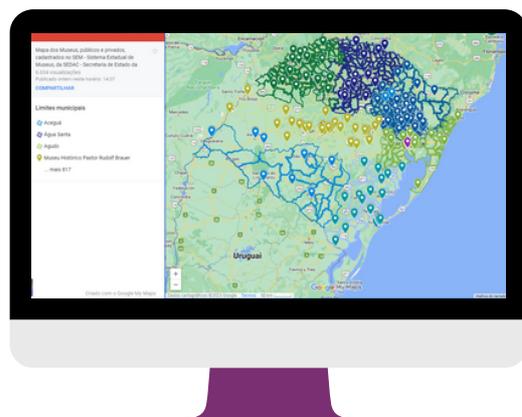
Contatos:

sistema.estadual@sedac.rs.gov.br
+55 (51) 3288.5403

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 10º andar.
CEP 90119-900 - Porto Alegre – RS

Mapa Digital do Sistema Estadual de Museus

O Sistema Estadual de Museus (SEM) é o órgão da Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul responsável por implementar políticas de integração e incentivo aos museus de todo o estado. O Mapa Digital elaborado pelo SEM é um banco de dados com os museus cadastrados no Sistema do Estado do Rio Grande do Sul. É um recurso que permite pesquisar os museus existentes em seu município, que disponibiliza outras informações como contato, endereço e horários de funcionamento. Para acessar o mapa, entre no [link](#) ou acesso o QRCode.



Banco de Dados de Festas Municipais

O Iphae disponibiliza uma tabela com informações referentes ao perfil cultural dos 497 municípios do Rio Grande do Sul. A tabela contém dados sobre festivais relevantes, títulos honoríficos do município, regionalização turística e tipologias de eventos, dentre outras informações que podem facilitar a identificação de referências culturais na sua cidade. A tabela está em formato Xexcel e pode ser acessada na nuvem no seguinte [link](#).



	Município	Criação do Município	Região Turística	Festival	Categoria do Festival
1	Cerro Grande	13/04/1902	Região Metropolitana	Cerro Grande do Sul	Artes & Esporte & Lazer
113	Cerro Largo	15/12/1954	Rota Missões	Rodeio Artístico-Cultural e Festa Campesina	Tradicionalismo & Nativismo
114	Chapada	12/02/1959	Cultura e Tradição	Chapadafest	Artes & Esporte & Lazer
115	Charqueadas	28/04/1982	Carbonífera	Rodeio de Charqueadas	Artes & Esporte & Lazer
116	Charmá	20/03/1992	Não Regionalizado	Festa do Agricultor e Motorista	Agropecuária & Indústria
117	Chiapetta	15/12/1965	Rota do Yucumã	Mateado e Foidore de Chiapetta	Tradicionalismo & Nativismo
118	Chuí	28/12/1995	Costa Doce	Festival do Bauri da Fronteira	Agropecuária & Indústria

Sistema PRÓ-CULTURA/RS

O Sistema PRÓ-CULTURA do Estado do Rio Grande do Sul possui duas modalidades de financiamento para projetos culturais:

Lei de Incentivo à Cultura – LIC - mecanismo de fomento indireto, por meio de incentivo fiscal a empresas contribuintes de ICMS que patrocinam projetos culturais. Diversos segmentos culturais são contemplados, incluindo o patrimônio cultural. Os projetos devem ser apresentados por produtores culturais cadastrados no sistema PRÓ-CULTURA RS. Após a inscrição, acontecem os processos de avaliação e de aprovação para a captação de recursos junto às empresas patrocinadoras.

Informações sobre o funcionamento da LIC e orientações aos proponentes de projetos estão disponíveis em http://www.procultura.rs.gov.br/index.php?menu=lic_orientacoes

Fundo de Apoio à Cultura – FAC - mecanismo de fomento direto realizado por meio de editais públicos. Periodicamente são lançados editais para diversos segmentos culturais, incluindo o segmento de patrimônio cultural. Em 2019, foi aberto edital direcionado às prefeituras municipais, especificamente para projetos de educação patrimonial.

A abertura de editais é divulgada no site do Sistema PRÓ-CULTURA RS:

<http://www.procultura.rs.gov.br/index.php?menu=facing>

Orientações aos proponentes de projetos para o FAC estão disponíveis em

http://www.procultura.rs.gov.br/index.php?menu=fac_orientacoes

Contatos Sistema PRÓ-CULTURA/ Departamento de Fomento
SEDAC

(51) 3288-5405

procultura@sedac.rs.gov.br

Lista de Bens Culturais Tombados pelo Iphan no Rio Grande do Sul

Bens Culturais Tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (lista atualizada até 07 de dezembro de 2022). Número total de Tombamentos: 37.

ANTÔNIO PRADO

- CASA DA NENI – 30/09/1985
- CONJUNTO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DE ANTÔNIO PRADO – 10/01/1990

BAGÉ

- FORTE DE SANTA TECLA – 26/11/1970
- IGREJA MATRIZ DE SÃO SEBASTIÃO – 17/01/1995

CAÇAPAVA DO SUL

- FORTE DE CAÇAPAVA – 16/05/1938

ENTRE-IJUÍ

- CASA CONSTRUÍDA COM MATERIAL MISSIONEIRO – 20/04/1938
- POVO DE SÃO JOÃO: RUÍNAS E REMANESCENTES DO POVOADO – 22/01/1970

GENERAL CÂMARA

- VILA DE SANTO AMARO

IVOTI

- PONTE DO IMPERADOR – 13/06/1988

JAGUARÃO

- CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE JAGUARÃO
- PONTE INTERNACIONAL MAUÁ

NOVO HAMBURGO

- CASA PRESSER – 08/09/1986
- CENTRO HISTÓRICO DE NOVO HAMBURGO (TOMB. EMERG.)
- ACERVO DA FUNDAÇÃO ERNESTO FREDERICO SCHEFFEL (TOMB. PROVIS.)

PEDRAS ALTAS

- CASTELO ASSIS BRASIL (TOMB. EMERG.)

PELOTAS

- OBELISCO REPUBLICANO
- TEATRO SETE DE ABRIL
- CONJUNTO ARQUITETÔNICO NA PRAÇA CORONEL PEDRO OSÓRIO
- CAIXA D'ÁGUA
- CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE PELOTAS

PIRATINI

- CASA DE GARIBALDI – 03/10/1941
- PALÁCIO FARROUPILHA – 05/02/1941
- QUARTEL GENERAL FARROUPILHA – 05/09/1952

PORTO ALEGRE

- CAIS DO PORTO; PÓRTICO CENTRAL E ARMAZÉNS – 19/05/1983
- CASA DO VISCONDE DE PELOTAS – 20/08/1963
- PRÉDIO À PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO – 29/01/1981
- COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA, ETNOGRÁFICA, HISTÓRICA E ARTÍSTICA DO MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS – 16/05/1938
- CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – 19/06/2000
- IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS DORES – 20/07/1938
- PALACETE ARGENTINA – 14/03/1990
- PRAÇAS DA MATRIZ E DA ALFÂNDEGA: SÍTIO HISTÓRICO – 24/04/2003

RIO GRANDE

- CASA DA ALFÂNDEGA – 04/09/1967
- IGREJA MATRIZ DE SÃO PEDRO E CAPELA DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO – 17/05/1938
- CANOA DE PRANCHÃO TRADIÇÃO

RIO PARDO

- CALÇAMENTO DE PEDRA DA RUA DA LADEIRA – 16/03/1955

SANTA MARIA

- MUSEU DA UNIÃO DOS CAIXEIROS VIAJANTES: ACERVO – 25/03/1938

SANTA TEREZA

- NÚCLEO URBANO DE SANTA TEREZA

SANTANA DO LIVRAMENTO

- CASA DE DAVI CANABARRO – 25/05/1953

SÃO GABRIEL

- SOBRADO À PRAÇA DOUTOR FERNANDO ABBOTT – 23/09/1974

SÃO LUIZ GONZAGA

- IMAGENS MISSIONEIRAS, 13 – 20/02/1984
- POVO DE SÃO LOURENÇO DAS MISSÕES: RUÍNAS E REMANESCENTES DO POVOADO – 18/03/1970

SÃO MIGUEL DAS MISSÕES

- POVO DE SÃO MIGUEL: REMANESCENTES E RUÍNAS DA IGREJA DE SÃO MIGUEL – 16/05/1938

SÃO NICOLAU

- POVO DE SÃO NICOLAU: RUÍNAS E REMANESCENTES – 22/01/1970

TRAMANDAÍ

- COLEÇÃO DE ARMAS E APETRECHOS MILITARES DO MUSEU DE ARMAS GENERAL OSÓRIO – 15/06/1942

TRIUNFO

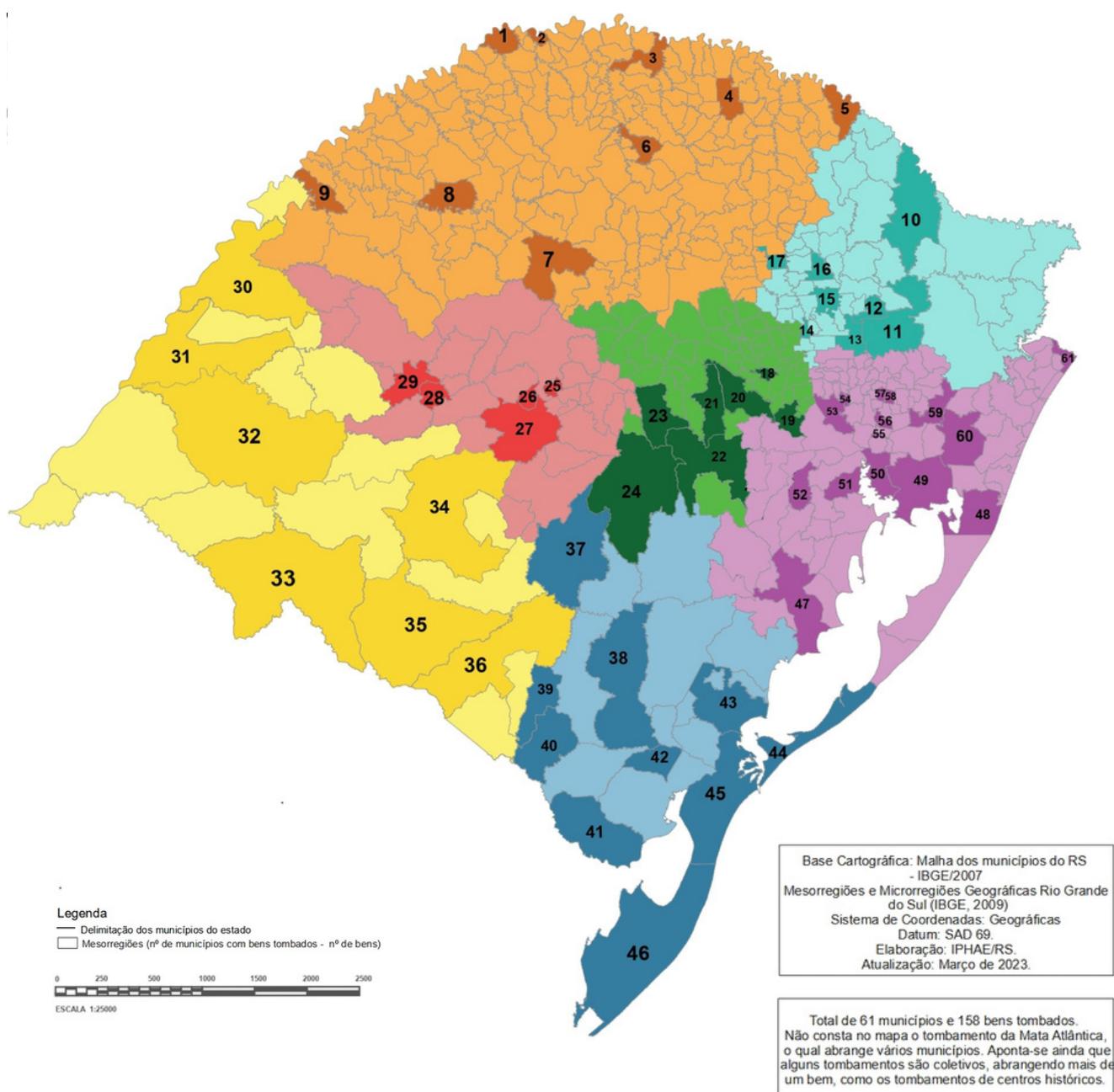
- CASA NATAL DE BENTO GONÇALVES – 08/06/1940

VIAMÃO

- IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VIAMÃO – 20/07/1938

Lista de Bens Tombados pelo Iphae

Bens Culturais Tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE). Listagem completa com informações sobre cada bem cultural tombado disponível em <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosAc&Clr=1>.



NOROESTE RIO-GRANDENSE

9 Municípios - 12 bens tombados

1- DERRUBADAS

- PARQUE FLORESTAL ESTADUAL DO TURVO – 17/03/1987

2- PINHEIRINHO DO VALE

- SÍTIO DE BATALHA DA COLUNA PRESTES E TÚMULO DO TEN. PORTELA - 06/12/2013

3- NONOAI

- PARQUE FLORESTAL ESTADUAL DE NONOAI – 17/03/1987

4- ERECHIM

- CASTELINHO – 18/03/1991

5- BARRACÃO

- PARQUE FLORESTAL ESTADUAL ESPIGÃO ALTO – 17/03/1987

6- SARANDI

- PARQUE FLORESTAL DE RONDINHA – 17/03/1987

7- CRUZ ALTA

- CASA E MUSEU ÉRICO VERÍSSIMO – 16/08/1984
- PREFEITURA MUNICIPAL – 16/08/1984

8- SANTO ANGELO

- CAPELA VERZERI – 23/03/2010
- ANTIGA ESTAÇÃO FÉRREA – ATUAL MEMORIAL DA COLUNA PRESTES – 16/07/2013

9- SÃO NICOLAU

- CASA EM PEDRA - 15/10/2013
- SOBRADO SILVA - 15/10/2013

NORDESTE RIO-GRANDENSE

8 Municípios - 9 bens tombados

10- VACARIA

- CASA DO POVO – 25/04/2008

11- CAXIAS DO SUL

- HOSPITAL CARBONE – 23/12/1986
- SÍTIO FERROVIÁRIO DE CAXIAS DO SUL – 11/10/2001

12- FLORES DA CUNHA

- CASARÃO DOS VERONESE – 23/12/1986

13- FARROUPILHA

- CASA DE PEDRA – 09/09/1985

14- SANTA TEREZA

- ANTIGA ESCOLA SANTA TERESA – 09/08/1985

15- VERANÓPOLIS

- CASA SARETTA – 12/03/1984

16- NOVA PRATA

- CASARÃO VERDE – 17/03/1987

17- SERAFINA CORRÊA

- ANTIGA CANTINA DO VINHO – 19/07/2010

CENTRO-ORIENTAL RIO-GRANDENSE

7 Municípios - 15 bens tombados

18- LAJEADO

- PREFEITURA MUNICIPAL – 16/08/1984

19- TAQUARI

- BENS MÓVEIS E INTEGRADOS DO JORNAL O TAQUARYENSE - 18/10/2013

20- VENÂNCIO AIRES

- CASA DE CULTURA DE VENÂNCIO AIRES – 17/02/2012

21- SANTA CRUZ DO SUL

- FÓRUM – 18/03/1991
- PRÉDIO DO EX-BANRISUL – 18/03/1991
- PREFEITURA MUNICIPAL – 12/08/2011
- ANTIGA ESTAÇÃO FÉRREA – 26/08/2011

22- RIO PARDO

- ANTIGA ESCOLA MILITAR – 05/01/1987
- IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – 23/07/2010
- PONTE DO COUTO – 21/05/2013

23- CANDELÁRIA

- PONTE DO IMPÉRIO – 21/05/2013

24- CACHOEIRA DO SUL

- PONTE DO BOTUCARÁ – 21/05/2013
- FAZENDA DA ATAFONA/TAFONA – 21/11/2016
- CHÂTEAU D'EAU – 27/03/2017
- FILIAL DO ANTIGO BANCO PELOTENSE

CENTRO-OCIDENTAL RIO-GRANDENSE

5 Municípios - 6 bens tombados

25- IVORÁ

- CASA DE ALBERTO PASQUALINI – 07/10/1991

26- ITAARA

- CEMITÉRIO ISRAELITA DE PHILIPPSON – 28/12/1994

27- SANTA MARIA

- SÍTIO FERROVIÁRIO – 14/11/2000
- INSTITUTO DE EDUCAÇÃO OLAVO BILAC – 19/03/2013

28- MATA

- JARDIM PALEOBOTÂNICO – 11/06/2018

29- JAGUARI

- CAPELA N. SRA. DO MONTE BÉRICO – 15/10/2013

SUDOESTE RIO-GRANDENSE

7 Municípios - 17 bens tombados

30- SÃO BORJA

- CASA DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART (JANGO) – 07/02/1994
- MUSEU GETÚLIO VARGAS – 07/02/1994

31- ITAQUI

- TEATRO PREZEWODOWSKI – 23/12/1986
- MERCADO PÚBLICO – 21/12/2009
- FAZENDA DO ITU – 08/05/2012

32- ALEGRETE

- MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ARTES – 19/10/2010
- ANTIGA CASA DO MARECHAL BENTO MANUEL RIBEIRO DE ALMEIDA - 15/10/2013
- MUSEU OSWALDO ARANHA - 22/01/2014
- ANTIGAS RESIDÊNCIAS – 29/07/2014 e 15/09/2014

33- SANTANA DO LIVRAMENTO

- FILIAL DO BANCO PELOTENSE – 25/05/1953

34- SÃO GABRIEL

- IGREJA DO GALO – 28/12/1994

35- DOM PEDRITO

- CAIXA D'ÁGUA – 23/12/1986
- PREFEITURA MUNICIPAL – 05/01/1987

36- BAGÉ

- ANTIGA ESTAÇÃO FÉRREA - 26/10/2006
- CENTRO HISTÓRICO DE BAGÉ - 06/12/2013
- HIDRÁULICA - 12/06/2008
- PALACETE PEDRO OSÓRIO - 29/10/2006

SUDESTE RIO-GRANDENSE

10 Municípios - 48 bens tombados

37- CAÇAPAVA DO SUL

- CASA DE ANTÔNIO AUGUSTO BORGES DE MEDEIROS – 28/02/1994
- CASA DE ULHÔA CINTRA – 28/02/1994
- FÓRUM – 04/11/1985
- IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO – 04/11/1985

38- PIRATINI

- ANTIGA CADEIA – 11/12/1986
- ANTIGA CASA DE FAZENDA – 11/12/1986
- ANTIGA CASA FABIÃO – 11/12/1986
- ANTIGA FARMÁCIA CARIDADE – 11/12/1986
- ANTIGA MORADIA DE EGYDIO ROSA – 11/12/1986
- ANTIGO TEATRO MUNICIPAL (Sete de Abril) – 11/12/1986

- CASA COMERCIAL DOS FABIÃO – 11/12/1986
- CASA DE CAMARINHA – 11/12/1986
- CASA DO COMENDADOR FABIÃO – 11/12/1986
- CASA DE GOMES DE FREITAS – 11/12/1986
- CASA DE VICENTE LUCAS DE OLIVEIRA – 11/12/1986
- PRÉDIO NO LOGRADOURO PE. REINALDO WIST (Geminado com o Teatro) – 11/12/1986
- PONTE DO IMPÉRIO – 16/08/1984
- PRÉDIO DA RUA BENTO GONÇALVES (Casa de Darwing Lucas) – 11/12/1986
- SOBRADO DA DORADA – 11/12/1986

39- CANDIOTA

- USINA DE CANDIOTA I – 17/04/2013

40- PEDRAS ALTAS

- GRANJA DE PEDRAS ALTAS – 24/09/1999
- BENS MÓVEIS DO CASTELO DE PEDRAS ALTAS – 02/12/2009

41- JAGUARÃO

- ANTIGA ENFERMARIA MILITAR – 19/07/1990
- FÓRUM – 23/12/1986
- MERCADO PÚBLICO – 19/07/1990
- TEATRO POLITEAMA ESPERANÇA – 19/07/1990
- CLUBE 24 DE AGOSTO – 25/01/2012

42- CERRITO

- PRÉDIO DE VILA FREIRE – 29/12/1992

43- PELOTAS

- CASA DA BANHA – 05/05/1999
- CATEDRAL SÃO FRANCISCO DE PAULA – 19/07/2011
- CASA DE JOÃO SIMÕES LOPES NETO – 25/01/2012
- CASTELO SIMÕES LOPES – 09/03/2012
- CLUBE CULTURAL FICA AHI PRA IR DIZENDO – 22/11/2012
- PALACETE PAYSSANDU – 03/09/2012
- RESIDÊNCIA DO SENADOR AUGUSTO ASSUMPÇÃO – 02/04/2013
- ANTIGA ESCOLA DE AGRONOMIA ELISEU MACIEL – 12/06/2013
- FILIAL DO ANTIGO BANCO PELOTENSE – 29/08/2019
- IGREJA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS – 03/02/2023

44- SÃO JOSÉ DO NORTE

- PREFEITURA MUNICIPAL – 11/08/1986
- CENTRO HISTÓRICO – 19/02/2014

45- RIO GRANDE

- ANTIGO QUARTEL GENERAL 6º G.A.C. – 27/07/1990
- HOTEL PARIS – 26/12/1986
- PREFEITURA MUNICIPAL – 05/01/1987
- SOBRADO DOS AZULEJOS – 05/07/1987
- COMPLEXO RHEINGANTZ – 16/07/2012
- RESERVATÓRIO METÁLICO DE RIO GRANDE – 21/08/2013
- FILIAL DO ANTIGO BANCO PELOTENSE – 29/08/2019

46- SANTA VITÓRIA DO PALMAR

- CINE TEATRO INDEPENDÊNCIA – 21/12/2010

METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

15 Municípios - 51 bens tombados

47- CAMAQUÃ

- FORTE ZECA NETTO – 29/04/1992

48- PALMARES DO SUL

- PONTE DE PEDRA – 16/08/1984

49- VIAMÃO

- ANTIGA IGREJA EVANGÉLICA DO HOSPITAL COLÔNIA DE ITAPUÃ – 09/11/2010

50- PORTO ALEGRE (CAPITAL DO ESTADO)

- ANTIGO PALÁCIO DO GOVERNO (FORTE APACHE) – 05/01/1987
- ANTIGA PROVIDORIA DA REAL FAZENDA – 17/09/1981
- ARQUIVO PÚBLICO – 18/03/1991
- BANCO MERIDIONAL (ATUAL BANCO SANTANDER) – 17/03/1987
- BENS MÓVEIS E INTEGRADOS E O ACERVO DE OBRAS (BIBLIOTECA PÚBLICA) – 22/08/1990
- BIBLIOTECA PÚBLICA – 28/07/1982
- CAPELA BOM PASTOR (PRESÍDIO FEMININO MADRE PELLETIER) – 18/03/1991
- EDIFICAÇÕES CENTENÁRIAS DO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO SÃO PEDRO – 26/09/1990
- HOTEL MAJESTIC (CASA DE CULTURA MÁRIO QUINTANA) – 04/09/1985

- MUSEU DE ARTE - MARGS - (EX. DELEGACIA FISCAL) – 16/08/1984
- MUSEU DA BRIGADA MILITAR – 05/12/1990
- MUSEU DE COMUNICAÇÃO SOCIAL "HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA" – 12/02/1987
- MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS – 23/12/1986
- PALÁCIO PIRATINI E BENS MÓVEIS E INTEGRADOS – 12/11/1986
- PALÁCIO DO VICE GOVERNADOR – 31/10/1996
- PRAÇA DA ALFÂNDEGA E ENTORNO – 17/03/1987
- PRÉDIO FORÇA E LUZ (MUSEU DA ELETRICIDADE) – 09/06/1994
- THEATRO SÃO PEDRO – 16/08/1984
- USINA DO GASÔMETRO – 19/07/1983
- INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GEN. FLORES DA CUNHA – 16/03/2006
- ANTIGO CINE TEATRO CAPITÓLIO – 29/12/2006
- TELAS A ÓLEO - BENS MÓVEIS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO FLORES DA CUNHA – 12/08/2011
- CAPELA POSITIVISTA DE PORTO ALEGRE – 13/03/2012
- CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA FASE – 23/05/2013
- ANTIGA USINA DE GÁS - 25/10/2013
- ILHA DO PRESÍDIO – 24/12/2014

51- GUAÍBA

- CASA DE GOMES JARDIM – 23/11/1994
- MATADOURO SÃO GERALDO – 03/04/2012

52- ARROIO DOS RATOS

- ANTIGA USINA TERMOELÉTRICA (MUSEU DO CARVÃO 01) – 08/05/1986
- RESTANTE DA ÁREA QUE PERTENCEU A ANTIGA USINA TERMOELÉTRICA DE ARROIO DOS RATOS - POÇO - 01 (MUSEU DO CARVÃO 02) – 19/03/1993

53- MONTENEGRO

- PRÉDIO E CONJUNTO DA ANTIGA VIAÇÃO FÉRREA – 13/06/1983

54- PARECI NOVO

- SEMINÁRIO SÃO JOSÉ - 17/01/2013

55- ESTEIO

- ANTIGO SEMINÁRIO CLARETIANO – 17/01/2013

56- SÃO LEOPOLDO

- ANTIGO SEMINÁRIO EVANGÉLICO (CASTELINHO) – 15/03/1982
- CASA DA FEITORIA VELHA – 05/01/1987
- CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO CENTRO DIRETIVO E REITORIA DA EST – 10/10/2007
- PONTE 25 DE JULHO – 01/09/1980
- SÍTIO HISTÓRICO MUSEU DO TREM – 11/10/1990

57- IVOTI

- IGREJA SÃO PEDRO ANTIGA MATRIZ – 23/12/1986
- SALÃO HOLLER – 13/01/2014

58- DOIS IRMÃOS

- IGREJA MATRIZ DE SÃO MIGUEL – 16/08/1984
- PONTE DA CASCATA SÃO MIGUEL SOBRE O ARROIO FEITORIA – 21/05/2013
- PONTE DE PEDRA SOBRE O ARROIO FEITORIA – 21/05/2013

59- TAQUARA

- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE TAQUARA – 21/11/1986

60- SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

- FONTE DO IMPÉRIO – 16/06/2008
- BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL JÚLIO COSTA – 04/01/2013
- MUSEU ANTROPOLÓGICO CALDAS JÚNIOR - 11/09/2013

61- TORRES

- IGREJA MATRIZ DE SÃO DOMINGOS E ENTORNOS

Referências Bibliográficas

BORIN, Lauro César Figueiredo e Marta Rosa. Paisagem Cultural: Caminhos e Possibilidades da Educação Patrimonial como Experiência Interdisciplinar. **O Ideário Patrimonial**, n. 7, 2016.

CAMPOS, Juliano Bitencourt; TEIXEIRA, Claudia Adriana Rocha; OLIVEIRA, Osvaldo André; *et al.* Educação patrimonial em espaços formais e informais no município de Santa Vitória do Palmar, RS, Brasil. **Revista Arqueologia Pública**, v. 13, n. 2, p. 41–62, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8655997>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CARVALHO, Rômulo; AFONSO, Alcília; INAGDA, Jaqueline; *et al.* Patrimônio e paisagem em Teresina: ações através da educação patrimonial. In: **VI Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Bogotá, junio 2014**. [s.l.]: Maestría en Planeación Urbana y Regional. Pontificia Universidad Javeriana de Bogotá, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2099/15973>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt; DHEIN, Cíntia Elisa; UEZ, Pablo Cesar. Paisagem: a dimensão espacial na educação patrimonial. **Book of proceedings: international conference on tourism & management studies. Algarve**, v. I, 2011.

DEMARCHI, João Lorandi. O que é, afinal, a educação patrimonial? uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial. **Revista CPC**, v. 13, n. 25, p. 140–162, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/144337>>. Acesso em: 13 out. 2022.

DUARTE, Mirela Carina Rêgo; SANTOS, Luisa Acioli dos; ALVES, Lahys Katarina de Barros; *et al.* Paisagem em “concertina” para uma educação patrimonial. **Paisagem e Ambiente**, v. 33, n. 50, p. e183393, 2022. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/183393>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

FIGUEIRÓ, Adriano Severo. Patrimônio natural e educação para a paisagem no Geoparque Quarta Colônia: um território de descobertas. In: PADOIN, Maria Medianeira; FIGUEIRÓ, Adriano Severo; CRUZ, Jorge Alberto Soares (Orgs.). **Educação patrimonial em territórios geoparques: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia**. Santa Maria: Brasil, 2021. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/20426>>. Acesso em: 28 out. 2022.

FILHO, Flavi Ferreira Lisbôa; NUNES, Lucas da Silva. A Educação Patrimonial como uma estratégia de reconhecimento e valorização cultural e identitária. In: PADOIN, Maria Medianeira; FIGUEIRÓ, Adriano Severo; CRUZ, Jorge Alberto Soares (Orgs.). **Educação patrimonial em territórios geoparques: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia**. Santa Maria: Brasil, 2021. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/20426>>. Acesso em: 28 out. 2022

FREITAS, Tassiane Mélo de. **A educação para o Patrimônio Cultural como estratégia de desenvolvimento local**. *Ágora*, v. 17, n. 2, p. 32–41, 2015. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/6682>>. Acesso em: 1 nov. 2022.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; PACIEVITCH, Caroline; PERUSSATTO, Melina Kleinert. Pensar historicamente com a educação patrimonial: um não-guia. **Sillogés**, v. 5, n. 1, p. 56–87, 2022. Disponível em: <<http://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/209>>. Acesso em: 28 set. 2022.

GRÜNBERG, Evelina; HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia de Educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

GRÜNBERG, Evelina. **Educação patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais**. Cadernos do Centro de Organização do Oeste (CEOM), ano 12, dez. 2000.

_____. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: Iphan, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes P. Educação Patrimonial. *In*: BATISTELLA, Alessandro; WICKERT, Ana Paula (Orgs.). **Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural em Passo Fundo (RS)**. Passo Fundo, RS: Méritos Editora, 2011.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Educação Patrimonial: Pensando sobre Passo Fundo. *In*: BATISTELLA, Alessandro; WICKERT, Ana Paula (Orgs.). **Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural em Passo Fundo (RS)**. Passo Fundo, RS: Méritos Editora, 2011.

MACHADO, Ironia P. Patrimônio: História, Cultura e Educação. *In*: BATISTELLA, Alessandro; WICKERT, Ana Paula (Orgs.). **Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural em Passo Fundo (RS)**. Passo Fundo, RS: Méritos Editora, 2011.

MACHADO, Vanderlei; ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. Educação patrimonial, direitos humanos e memória: um relato de experiência na educação de jovens e adultos. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 18, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18985>>. Acesso em: 28 set. 2022.

PADOIN, Maria Medianeira; FIGUEIRÓ, Adriano Severo; CRUZ, Jorge Alberto Soares (Orgs.), **Educação patrimonial em territórios geoparques: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia**, Santa Maria: Brasil, 2021.

PEREIRA, Júnia Sales; ORIÁ, José Ricardo. Desafios teórico-metodológicos da relação Educação e Patrimônio. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 20, n. 1, p. 161, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645738>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

ROSSI, Alessandra Vanessa; DIAS, Analice Gomes de Lima; SILVA, Isabel Cristina da. **Patrimônio Cultural: entenda e preserve. Guia de atividades de educação patrimonial.** Campinas, SP: Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria Municipal de Cultura, 2009.

SCIFONI, Simone. **Desafios para uma nova Educação Patrimonial.** Revista Teias, v. 18, n. 48, p. 5-16, 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/25231>>. Acesso em: 13 out. 2022.

SCHIAVON, Carmem G. Burgert; SANTOS, Tiago Fonseca dos. **Educação Patrimonial: um caminho à discussão sobre a cidadania a partir da história local.** Cidadania em Ação: Revista de Extensão e Cultura, Florianópolis, v. 5, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/cidadaniaemacao/article/view/2233>>.

SILVA, Almir de Paula E. **A cidade como espaço educativo: a Educação Patrimonial em espaços formais e não formais de educação.** Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

TOLENTINHO, Átila. **Educação patrimonial na escola, com a escola e para além da escola.** 2022. Disponível em: <<https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/12979>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

ZAMIN, Frinéia. **Patrimônio cultural do Rio Grande do Sul: a atribuição de valores a uma memória coletiva edificada para o Estado.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/8644>>. Acesso em: 2 ago. 2022.



